

## FENPROF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência: Ex.<sup>ma</sup> Senhora

Nossa Referência: FP 008/2021 Secretária de Estado da Educação

Ministério da Educação
Data: 26/01/2021 Avenida Infante Santo, nº 2

1350-178 Lisboa

C/C.: Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação; Senhor Inspetor-Geral da Educação e Ciência

Assunto: Inquérito da IGEC dirigido a alunos, designado "Avaliação Pedagógica no Ensino Secundário - Acompanhamento do Trabalho das Escolas (2021-versão de teste)"

Senhora Secretária de Estado,

Foi com surpresa que a FENPROF teve informação de que a IGEC está a enviar às direções das escolas com ensino secundário um inquérito/questionário dirigido aos alunos com o título "Avaliação Pedagógica no Ensino Secundário - Acompanhamento do Trabalho das Escolas (2021-versão de teste)", com perguntas, na sua maioria de resposta obrigatória, cuja temática incide na "avaliação das e para as aprendizagens". Segundo a IGEC, trata-se de uma colaboração que tem como objetivo o aperfeiçoamento de instrumentos, depreendendo-se, pois, que poderão vir a ser usados numa futura atividade inspetiva.

Neste inquérito de avaliação, os alunos são instados a responder a um conjunto de questões apresentadas que se traduzem em verdadeiros processos de avaliação de desempenho dos seus professores, o que é ilegal. De facto, colocam-se abusivamente questões aos alunos, por via das quais estes são obrigados a fazer uma apreciação valorativa de práticas, metodologias, programas e conteúdos, sem que possuam conhecimentos de natureza pedagógica para o fazer, nem tão pouco legitimidade para tal.

É importante recordar que a participação de outros atores (pais, encarregados de educação, ...), que não os próprios docentes, nos seus processos de avaliação de desempenho constituiu um projeto abandonado em 2008 pelo próprio governo de então, depois de ter sido inequivocamente rejeitado pelos professores. A avaliação dos professores que não pelos seus pares foi, até, reconhecida por muitos como particularmente perversa, suspeitando-se que esta possa ser uma nova tentativa de recuperar essa intenção, ainda que de forma indireta ou disfarçada.

Face ao exposto e porque entendemos que este processo se traduz numa grosseira violação do próprio processo de avaliação do desempenho, numa forma de pressão e até de condicionamento ilegítimo do exercício da atividade docente, a FENPROF exige a imediata suspensão deste procedimento, motivo por que nos dirigimos a V. Ex.<sup>a</sup>.

Por último, a FENPROF lamenta que a Inspeção-Geral de Educação e Ciência seja tão omissa em respostas que se exigiam, designadamente quando instada a pronunciar-se sobre aspetos como os abusos e injustiças nos horários de trabalho, mas tão afoita em procedimentos deste tipo.

Com os melhores cumprimentos,

Pel'O Secretariado Nacional

Mário Nogueira Secretário-Geral